



2020

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO 2020 E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia

INSTITUCIONAL

	Pág.
Mensagem do Provedor	2
Órgãos Sociais	4
Atividades dos Órgãos Sociais e Irmandade	5
Parcerias e Protocolos	6
Academia Sénior	7
Assistência Espiritual e Religiosa	7
Empreendedorismo Social	8
Centro de Formação	9
Serviço de Recursos Humanos	9
Serviço de Qualidade	17
Comunicação	17
Comemorações do 91.º Aniversário	18
Tecnologias de Informação	18
Regulamento Geral de Proteção de Dados	19

ÁREA OPERACIONAL DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Serviço de Ação Social	12
ERPI's, Centro de Dia e Apoio Domiciliário	12
Creche e Pré-Escolar	13
Primeiros Passos	14
Banco de Ajudas Técnicas	15
Programa de Emergência Alimentar	15
Serviço de Voluntariado	16

RESIDÊNCIAS SENIORES CONDE DAS DEVEZAS

Residências Seniores Conde das Devezas	17
--	----

ÁREA OPERACIONAL DA SAÚDE

Centro de Medicina Física e de Reabilitação	19
Farmácia da Misericórdia de Gaia	21
Pandemia COVID-19	21

PATRIMÓNIO IMÓVEL

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
-------------------------------------	----

NOTAS FINAIS	25
--------------	----

RELATÓRIO DE CONTAS

Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020	26
Parecer do Conselho Fiscal	57
Anexo Parecer do Revisor Oficial de Contas	58

[Handwritten signature and initials]

Estimados Irmãos e Irmãs,

Numa breve análise às Demonstrações Financeiras e ao Plano de Atividades realizado durante 2020, desejaríamos realçar que, tratando-se do ano da pandemia (a última sucedeu há um século atrás) o exercício de 2020 foi muito condicionado pela Covid-19, a qual, teve um forte impacto no desempenho económico da Instituição:

Diminuição de Rendimentos: mesmo com o aumento do volume de negócios da Farmácia, e com a estabilização dos rendimentos gerados pelas atividades sociais, o decréscimo acentuado de cerca de 400.000,00€ no volume de negócios do Centro de Medicina Física e Reabilitação, resultado do encerramento da unidade (lay-off de dois meses) e das regras apertadas após o reinício da atividade, em finais de maio de 2020;

Nos demais rendimentos operacionais, mesmo com a atipicidade do exercício económico, conseguimos uma estabilidade, que reputamos de positiva;

Relativamente aos gastos correntes, a pandemia Covid-19 implicou que incorrêssemos em gastos extraordinários, e não previstos, de cerca de 233.000€, em EPIS (equipamentos de proteção individual) e outros meios para a proteção das instalações, utentes e demais utilizadores dos equipamentos. Volvidos estes longos e difíceis meses, consideramos que o gasto foi o adequado e os resultados do profícuo e abnegado trabalho de todos os colaboradores resultou no bom cuidado prestado a todos os utentes e clientes. É ainda justo salientar, as inúmeras ofertas recebidas de várias entidades coletivas e individuais, as quais mitigaram os enormes gastos anteriormente referidos. Ao conjunto de dadores, enviamos oportunamente os nossos agradecimentos e fizemos a justa divulgação no sítio da Instituição;

Relativamente aos gastos com recursos humanos, comparativamente com o exercício económico de 2019, estes sofreram um aumento de cerca de 234.000€. Os aumentos dos gastos com remunerações assentaram em duas grandes vertentes: atualização do salário mínimo nacional e o recurso a vários programas disponibilizados pelo IEFP, os quais permitiram dotar as unidades com os reforços temporários e necessários para responder à pandemia COVID-19.

Apesar das vicissitudes com que fomos confrontados no exercício económico de 2020, prosseguimos com:

Início e conclusão da empreitada de requalificação do Centro de Medicina Física e de Reabilitação, um investimento global na ordem dos 600.000€ alicerçado num plano de negócios que prevê o retorno do investimento num espaço temporal de 6 anos.

Continuamos a empreitada de requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas, com a construção da cozinha e lavandaria únicas. A pandemia Covid-19 teve impacto no regular desenvolvimento da empreitada, o que, implicou a prorrogação da mesma para setembro de 2021. Constituirá, assim se espera, mais um investimento que permitirá reverter a situação de sucessivos resultados económico-financeiros negativos, permitindo, no médio prazo, constituir-se como uma unidade que libertará meios para apoio ao desenvolvimento da área social;

A revisitação dos projetos de requalificação dos equipamentos sociais António Almeida da Costa e José Tavares Bastos, dotando a Mesa Administrativa dos projetos que permitam, a todo o momento, recorrer aos apoios que possam ser disponibilizados;

Ao nível do património de rendimento, principal alavanca financeira da Instituição, estão em curso os projetos para a reabilitação de património que constituirá um incremento substancial de rendimento, como sejam, o prédio da Rua de Entreparedes (Porto); as moradias na Rua Mouzinho de Albuquerque (Vila Nova de Gaia), prédios na Travessa das Parreiras e Passadiço (Lisboa), entre outros.

A gestão consolidada da instituição, tendo sido muito difícil, conseguiu atingir no final do exercício económico um EBITDA positivo;

Finalmente, os resultados negativos atingiram cerca de 639.000€, o que reflete a atipicidade e dificuldade ao nível da gestão económico-financeira da Instituição.

Mas, por outro lado, continuamos a cumprir a nossa missão, realizando as Obras de Misericórdia: se por um lado admitimos em respostas sociais cerca de 65 pessoas, visando o preenchimento da nossa capacidade, também na Creche e Jardim de Infância continuamos a acolher crianças, tendo em final de dezembro 150 crianças, distribuídas 71 pela resposta de Creche e 79 pela resposta de Pré-escolar.

Na área social, com uma lista de espera superior a 500 inscrições, foram realizadas avaliações tendentes à admissão de 100 candidaturas. Para as restantes, não tivemos condições de responder.

Por outro lado, continuamos a procurar melhorar o rácio entre o gasto por utente e o rendimento por utente, mas ainda temos um longo percurso pela frente, isto porque, a componente da comparticipação do Estado situa-se apenas nos 30% e está distante do montante de equilíbrio desejado, ou seja, cerca de 50% do gasto por utente. A melhoria que temos conseguido ao nível do rendimento médio por utente, sendo positiva, ainda é manifestamente insuficiente para suprir o aumento dos gastos, mormente, recursos humanos.

Terminado o exercício económico de 2020, que nos colocou perante adversidades e dificuldades inesperadas, o projeto devidamente estruturado para o mandato, continuará a ser desenvolvido e implementado, tendo como objetivos estratégicos: sustentabilidade da Instituição; qualidade e diversificação de respostas na área social; qualificação dos recursos humanos e a rentabilização do património de rendimento.

Assim, continuamos motivados e convictos que a Irmandade continua a depositar confiança nesta Mesa Administrativa para prosseguir o seu trabalho, honrando a história da instituição e projetando o seu futuro.

O meu, nosso, muito obrigado.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2021.

O Provedor, Artur de Almeida Leite

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, são constituídos pela Assembleia Geral, pela Mesa Administrativa e pelo Conselho Fiscal.

Para o quadriénio de 2019 a 2022, foram eleitos os seguintes titulares para os Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso, Dr.
Vice-Presidente	José Carlos Moreira da Cunha Barros, Dr.
1.º Secretário	D. Maria Amélia Traça Machado

Mesa Administrativa

Provedor	Artur de Almeida Leite
Vice-Provedor	António Carlos Almeida Teixeira, Dr.
Secretário	Paulo Alexandre Ramos Figueiredo Soares, Com.
Tesoureiro	José Carlos Filipe Ramos, Dr.
Mesários	Américo António Silva Monteiro, Eng.º
	António Fernando de Aguiar Ferreira, Eng.º
	Manuel Maria Moreira, Dr.
	Valentim Manuel da Silva Machado
	Vitor António Junqueira Ribeiro Cerqueira, Eng.º

Conselho Fiscal

Presidente	Manuel Francisco Caruncho de Sá, Eng.º
Vice-Presidente	Mário Rui do Carmo Matos, Dr.
Vogal	José Pereira Gomes, Dr.

Suplentes:

Silvio Pinto Ribeiro

Rui Manuel Tavares Poças

Maria José Teixeira Lima Necho, Dr.ª

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Atividades dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

De acordo com o Art. 22.º, n.º1 do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos outros Órgãos Sociais. Ainda segundo o Compromisso da nossa Instituição, a Assembleia Geral reúne ordinariamente até 31 de março de cada ano, para discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior e do parecer do Conselho Fiscal e até 30 de novembro de cada ano, para aprovar o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional de Investimentos e Desinvestimentos, para o ano seguinte, e o parecer do Conselho Fiscal.

O ano de 2020 foi, como todos sabemos, um ano diferente. Por força da pandemia COVID-19, a Direção-Geral de Saúde emitiu normas e orientações organizacionais para este tipo de reuniões e o Governo através do DL n.º 10-A/2020, de 13 de março, no seu art.º 18.º, estabeleceu que as Assembleias Gerais podiam realizar-se até 30 de junho de 2020.

Assim aconteceu na nossa Instituição e a primeira Assembleia Geral, ordinária e extraordinária, do ano teve lugar no dia 29 de junho de 2020.

Constava da Ordem de Trabalhos da reunião ordinária dois pontos: Ponto 1: “Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades, do Balanço e Contas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2019”, documentos que foram aprovados por unanimidade; Ponto 2: “Meia hora, se necessária, para tratamento de outros assuntos do interesse da Irmandade”. Neste ponto, foi dada a palavra ao Senhor Provedor que propôs à Assembleia Geral a aprovação de um VOTO DE LOUVOR para os trabalhadores da Santa Casa. Proposta que foi aprovada por unanimidade.

A reunião extraordinária, realizada no mesmo dia da Assembleia Geral ordinária, tinha como Ordem de Trabalhos “Apreciar e deliberar sobre proposta da Mesa Administrativa para alteração dos logotipos de identificação dos Equipamentos e Serviços da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia”. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Em 30 de novembro, através de meios informáticos, teve lugar a Assembleia Geral Ordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos: Ponto 1: “Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional de Investimentos e Desinvestimentos para o ano de 2021 e Parecer do Conselho Fiscal”, documentos que foram aprovados por unanimidade; Ponto 2: “Meia hora, se necessária, para tratamento de outros assuntos do interesse da Irmandade”. Neste ponto não se registaram quaisquer intervenções.

Mesa Administrativa

De acordo com o artigo 27.º da Santa Casa da Misericórdia de Gaia, a Mesa Administrativa é o órgão da administração da Irmandade, competindo-lhe, entre outros, praticar e promover as ações conducentes aos fins da Misericórdia expressos no seu Compromisso.

O Irmão Secretário pediu suspensão de mandato entre janeiro e agosto, tendo sido substituído pelo irmão Manuel Carlos Gonçalves que se seguia na lista de eleitos.

Durante o ano de 2020, este Órgão de Administração esteve reunido 20 vezes em reuniões ordinárias e 5 vezes em reuniões extraordinárias.

Conselho Fiscal

Conforme o nº 1, do artigo 31.º, do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia o Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Misericórdia de Gaia, competindo-lhe, entre outras, vigiar pelo cumprimento da Lei e do Compromisso da Santa Casa, exercendo a fiscalização sobre a Mesa Administrativa, nomeadamente o cumprimento do Relatório de Atividades e Contas do Exercício anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional, Investimentos e Desinvestimentos, para o exercício seguinte do Compromisso da Santa Casa.

Durante o ano de 2020 reuniu trimestralmente conforme o Compromisso determina, não tendo emitido qualquer parecer negativo aos documentos que lhe foram submetidos ou que entendeu analisar.

Irmandade

No ano de 2020, foram admitidos na Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, nove Irmãos.

Registamos, infelizmente, duas desistências e dezasseis falecimentos de Irmãos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia contava com 612 Irmãos.

Parcerias e Protocolos

O estabelecimento de parcerias, num plano operativo, potencia novos serviços para os nossos clientes, acompanhando dessa forma, com um conhecimento exclusivo, as exigências do mercado cada vez mais competitivo.

De uma forma mais abrangente, as parcerias permitem a aproximação entre Instituições. A nossa aposta junto de Universidades e Escolas Profissionais possibilita o conhecimento às comunidades estudantis dos valores que defendemos e praticamos, e contribuem para o alcance dos nossos objetivos e melhoria do bem estar dos nossos clientes.

Pelas vicissitudes sobejamente conhecidas, no ano de 2020 não foi possível consolidar/iniciar parcerias que estavam ativas/previstas e, outras, inclusive, tiveram de ser interrompidas.

Academia Sénior de Gaia (ASG)

O ano 2020 (ano letivo 2019/2020) prometia ser um excelente ano, a Academia celebrava o seu 20.º aniversário, com muitas atividades pensadas e programadas. Todavia, o ano acabou por ser totalmente diferente devido a um vírus que transformou toda a sua dinâmica.

Começamos 2020 como a tradição manda: um grupo de alunos das disciplinas de Folclore e de Instrumentos foram cantar as Janeiras a algumas instituições de Vila Nova de Gaia. No mês de fevereiro continuamos com diversas atividades. Os alunos da disciplina de Danças de Salão juntamente com o professor da disciplina, dinamizaram um convívio no Lar António Almeida da Costa, celebrando com os utentes daquele Equipamento, o Dia Mundial da Amizade; realizou-se na ASG a palestra sobre o tema “Violência: Sinais e Prevenção”; o grupo de cavaquinhos “Cavaquinho Solidário” deslocou-se a Miranda do Douro para participar no Festival de Gastronomia e Artesanato: “Sabores Mirandeses”. Cerca de 90 alunos da ASG celebraram num almoço convívio carnavalesco, com muita música, dança e animação, dinamizado pelo Professor de Danças de Salão; 48 alunos deslocaram-se a Braga e Amares para uma visita cultural sendo acompanhados por professora de cultura geral.

Em março, o último evento presencial teve lugar no Colégio de Gaia onde se realizou o workshop, “Literacia Digital”, que contou com a participação de 26 alunos da ASG. Este evento foi dinamizado pelos alunos do curso de informática e tecnologia multimédia do Colégio.

A partir do momento em que entrou em vigor o Estado de Emergência e a obrigatoriedade do confinamento, a opção foi de continuar as atividades com as possíveis aulas online.

No ano letivo 2020/2021, a ASG disponibilizou 5 disciplinas online e 2 disciplinas presenciais - Música e Pintura mas, face ao agravamento da pandemia, todas as atividades da ASG passaram a funcionar em regime online.

No início foi um processo moroso e difícil, mas a adesão dos alunos foi razoável. Contudo, por razões várias, o desânimo começou apoderar-se dos alunos e estes deixaram de frequentar as aulas.

Face ao que vivemos, registamos em alguns alunos alterações a nível emocional. Acreditamos, contudo, que com o regresso à “vida normal”, às atividades da ASG e às interações entre alunos e professores, estes recuperarão e superarão os efeitos causados pelas medidas de combate à pandemia.

Assistência Espiritual e Religiosa

A Santa Casa da Misericórdia de Gaia é uma Instituição de cariz cristão praticando habitualmente o culto religioso em todos os seus equipamentos com a colaboração de um Presbítero. Infelizmente as normas de segurança sanitária, face ao COVID 19, não

facilitaram em alguns períodos do ano o conforto espiritual quando mais necessário, atendendo ao isolamento a que os nossos utentes foram obrigados não podendo disfrutar dos convívios de grupo, passeios e sobretudo da ausência das visitas familiares, provocando transtornos emocionais de sentimento de abandono e solidão.

Empreendedorismo e Inovação Social

A inovação social ocorre quando o processo de empreendedorismo social é bem-sucedido, porque gera novas respostas a problemas sociais que sejam promotoras de impacto social positivo e utilização eficiente de recursos.

Em 2020, o gabinete de Empreendedorismo e Inovação Social concebeu novas abordagens de resposta social, elaborou candidaturas a financiamentos, mobilizou parcerias e mecenato e, a partir de agosto, passou a assumir em simultâneo e interinamente a coordenação da Ação Social. Destacam-se algumas das intervenções realizadas:

- Conceção de programa de intervenção e elaboração de candidatura ao Prémio BPI “la Caixa” Infância 2020, que veio a ser contemplado com 20.000,00€;
- Elaboração de candidaturas à medida de política, temporária e excecional, de apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – COVID-19, Medida Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – MAREESS, aprovadas pelo IEF, que consiste no apoio à realização de trabalho socialmente necessário, para assegurar a capacidade de resposta das instituições durante a pandemia;
- Elaboração de candidatura ao Programa Adaptar Social+ para aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI), que foi aprovada com valor de 8.000,00€;
- Coacompanhamento dos trabalhos do projeto O FUTURO AGORA! Uma visão para o Equipamento Salvador Brandão ao abrigo do Fundo Rainha Dona Leonor tendo em vista o lançamento de um concurso para a empreitada, de modo a garantir ganhos físicos, cognitivos e emocionais aos residentes, trabalhadores e famílias;
- Codinamização de Projeto Piloto no Centro de Dia do Equipamento Salvador Brandão. A intervenção decorreu da exigência em garantir a autonomia desta resposta face à ERPI, no respeito pelo “Guia Orientador para a reabertura da resposta social de Centro de Dia”;
- Integração do projeto APROXIMA, uma iniciativa da Área Metropolitana do Porto – AMP, para atuar na área da Longevidade - Envelhecimento, a pedido do Departamento de Ação Social do Município de Gaia em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian (MAZE);
- Mobilização de Mecenato para as várias respostas sociais;
- Mobilização de parcerias com Centros de Formação e IEF para acolhimento de estágios, produção de conhecimento e apoio à investigação;
- Supervisão das respostas sociais da SCMG para dar cumprimento aos Acordos de Cooperação com a Segurança Social.

[Handwritten signature and initials]

Centro de Formação

O sobressalto sanitário decorrente da pandemia com a doença COVID-19 trouxe o confinamento, o distanciamento físico, o medo da infeção e a incerteza.

Assim, a execução do plano de formação interno ficou aquém do previsto.

Contudo, foi possível realizar alguns dos módulos de formação interna nomeadamente:

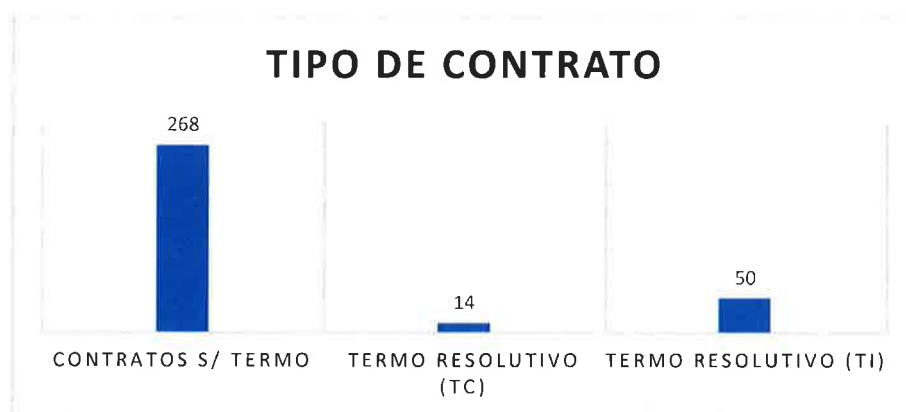
- Gestão de Conflitos (25 horas);
- Ambiente, segurança, Higiene e Saúde no Trabalho- conceitos básicos (25 horas);
- Ambiente, segurança, Higiene e Saúde no Trabalho no setor da saúde (50 horas);
- Comunicação interpessoal e assertividade (25 horas);
- Cuidados de Higiene à Pessoa Idosa (9 horas);
- Primeiros Socorros (25 horas);
- Workshop Medição de Impacto Social (14 horas).

Serviço de Recursos Humanos

Durante o exercício económico de 2020, a Santa Casa da Misericórdia de Gaia promoveu a sua atuação pela manutenção da continuidade das políticas de gestão de recursos humanos, dotando os seus equipamentos e unidades dos recursos humanos adequados para uma eficiente resposta aos seus utentes e clientes.

A pandemia que impactou com a atividade da Santa Casa a todos em todas as suas atividades, foi mais sentida nos equipamentos da área da terceira idade e infância, o que, implicou o reforço dos quadros para respondermos adequadamente às exigências que se nos colocaram

Em 31 de dezembro de 2020, o quadro de recursos humanos da Santa Casa da Misericórdia e Vila Nova de Gaia, era composto por:



[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

Prestadores de serviços

Em 31 de dezembro de 2020, o número de prestadores de serviços ascendia a 17, sendo que, a maioria destes prestadores de serviços são professores que desenvolvem a sua atividade na Academia Sénior de Gaia.



Políticas ativas de emprego

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, ao abrigo das Políticas Ativas de Emprego, desenvolveu um conjunto vasto de iniciativas junto do IEFP, o que permitiu estabelecer contratos a vários níveis com esta entidade, visando dotar as unidades sociais da Instituição com colaboradores ao abrigo dos vários programas disponibilizados.

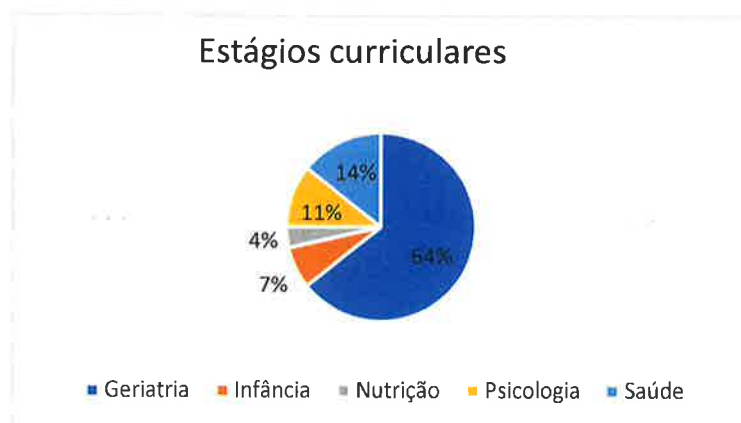
Com a realidade da pandemia covid-19 foram integrados 16 (dezasseis) beneficiários na área da infância e na área de apoio ao idoso no âmbito MAREESS.

Em 31 de dezembro de 2020, os vários programas a que a Santa Casa da Misericórdia de Vila recorreu, acrescentou os seguintes elementos ao quadro de recursos humanos da Instituição:



Estágios curriculares

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, realizou 28 estágios curriculares durante o exercício económico de 2020, distribuídos pelas seguintes áreas:



Medicina no Trabalho

Durante o exercício económico de 2020, foram realizadas 169 (cento e sessenta e nove) consultas de Medicina no Trabalho.

Na área da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), realizamos 8 (oito) ações de formação e sensibilização; 7 (sete) visitas para levantamento de necessidades e 27 (vinte e sete) avaliações das condições de segurança e higiene no trabalho, com vista à promoção de uma cultura de Segurança e Saúde no Trabalho.



Acidentes de Trabalho

No ano de 2020 foram caracterizados como acidentes de trabalho 30 (trinta) sinistros.

Procurando mitigar estes números, que ainda se consideram elevados, a aposta na formação e na dotação de equipamentos de apoio às tarefas diárias tem constituído um objetivo que se vem reforçando ao longo dos últimos anos.

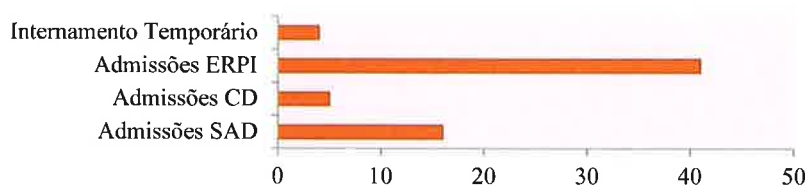
[Handwritten signatures and initials]

Área Operacional de Intervenção Social

Serviço de Ação Social

Alinhados pelas diretrizes do sistema de gestão da qualidade, assente no referencial EQUASS, no ano de 2020 o Serviço de Ação Social prosseguiu o trabalho ao nível do atendimento e apoio à comunidade do Concelho de Vila Nova de Gaia, bem como no atendimento aos candidatos à resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Admissões às respostas sociais para pessoas idosas



Atendendo à emergência de saúde pública e, com o intuito de conter o contágio e a propagação da COVID-19, a 13 de março de 2020, o Governo através do Decreto-Lei nº.10-A/2020, anuncia a suspensão temporária da resposta social Centro de Dia. As cinco admissões registadas foram anteriores à data da suspensão.

No decorrer do exercício económico, o Serviço de Ação Social procedeu à anulação de 19 processos que estavam em lista de espera. Este procedimento teve por efeito, as situações de falecimento ou falta de renovação da inscrição, de acordo com o Artº. 7º do Regulamento Interno das ERPIs.

Desempenho Económico Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

		E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida da Costa	E. S. José Tavares Bastos
Média Utentes		95,08	82,75	56,42
Gastos	Total Gastos	-1 680 427,55 €	-1 662 970,86 €	-1 047 085,64 €
	Gasto Mensal/Utente	-1 472,82 €	-1 674,69 €	-1 546,56 €
Rendimentos sem Mais-Valias e Rendimentos de Património	Total Rendimentos	1 365 844,20 €	1 204 891,84 €	776 486,28 €
	Rendimento Mensal/Utente	1 197,10 €	1 213,39 €	1 146,88 €
Resultado Mensal Por Utente s/ Mais-Valias e Rendimentos de Património		-275,72 €	-461,31 €	-399,68 €
Rendimentos Totais		1 863 202,10 €	1 305 541,11 €	947 795,61 €
Rendimento Mensal/Utente		1 633,01 €	1 314,74 €	1 399,91 €
Resultado Mensal Por Utente		160,19 €	-359,95 €	-146,65 €

Desempenho Económico Centro de Dia

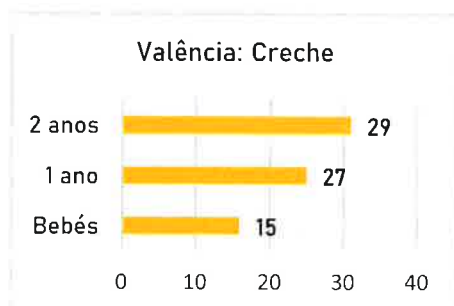
		E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida da Costa	E. S. José Tavares Bastos
Média Utentes		18,83	22,33	17,25
Gastos	Total Gastos	-103 203,69 €	-150 654,77 €	-80 829,53 €
	Gasto Mensal/Utente	-456,73 €	-562,23 €	-390,48 €
Rendimentos sem Mais-Valias e Rendimentos de Património	Total Rendimentos	65 676,63 €	69 920,59 €	51 808,24 €
	Rendimento Mensal/Utente	290,66 €	260,94 €	250,28 €
Resultado Mensal Por Utente s/ Mais-Valias e Rendimentos. de Património		-166,08 €	-301,29 €	-140,20 €
Rendimentos Totais		100 248,69 €	79 398,61 €	69 544,28 €
Rendimento Mensal/Utente		443,66 €	296,31 €	335,96 €
Resultado Mensal Por Utente		-13,08 €	-265,92 €	-54,52 €

Desempenho Económico Apoio Domiciliário

		E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida da Costa	E. S. José Tavares Bastos
Média Utentes		33,42	18,17	17,75
Gastos	Total Gastos	-206 992,50 €	-187 940,78 €	-98 953,07 €
	Gasto Mensal/Utente	-516,14 €	-861,96 €	-464,57 €
Rendimentos sem Mais-Valias e Rendimentos de Património	Total Rendimentos	184 471,05 €	105 823,86 €	121 465,28 €
	Rendimento Mensal/Utente	459,98 €	485,34 €	570,26 €
Resultado Mensal Por Utente s/ Mais-Valias e Rendimento de Património		-56,16 €	-376,61 €	105,69 €
Rendimentos Totais		267 702,37 €	117 209,63 €	141 079,26 €
Rendimento Mensal/Utente		667,52 €	537,56 €	662,34 €
Resultado Mensal Por Utente		151,38 €	-324,40 €	197,78 €

Creche e Pré-Escolar

Em 31 de dezembro de 2020, frequentavam o nosso Estabelecimento, nas valências de Creche e Pré-Escolar, um total de 150 crianças, distribuídas de acordo com os quadros seguintes:



O espírito de solidariedade e a capacidade integradora e inclusiva da SCMG são reconhecidos pelos nossos Parceiros. Sinal desse comprometimento, foi a renovação da assinatura dos Acordos de Atividade Socialmente Útil com o Centro de Reabilitação da Granja e com a APPACDM de Gaia.

Através destes Acordos estão integrados na Creche e Jardim de Infância 3 jovens, que desenvolvem as suas atividades no apoio ao refeitório e aos serviços de receção.

Nos meses de junho e julho, através do IEF - Medida de Assistência à Família e Apoio à Comunidade, foram admitidas 2 estagiárias e, com o Programa MAREESS, foram integradas 4 trabalhadoras em setembro e 5 em dezembro, para reforço da equipa na estratégia de combate à epidemia.

A Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa usufrui, desde há vários anos, da colaboração de Técnicos das Equipas Locais de Intervenção - ELI Gaia (Educadora de Ensino Especial, Terapeuta de Fala, Terapeuta Ocupacional) e da APPACDM de Gaia, para apoio educativo a crianças com necessidades educativas especiais.

Primeiros Passos

O Projeto PRIMEIROS PASSOS, infância saudável, vida feliz tem como missão reduzir as desigualdades no desenvolvimento de crianças entre os 0 aos 24 meses provenientes das famílias mais vulneráveis do concelho de Vila Nova de Gaia.

Em 2020 acompanhou 51 crianças e 83 pais, sinalizadas pelos parceiros institucionais e, em trabalho colaborativo com a família da criança, foram criados 48 projetos de vida, 12 Oficinas de Inserção Socioprofissional, 27 Oficinas de parentalidade consciente e Gestão de Emoções, que impactaram processos de “mudança”.

Ao nível da parentalidade foram evidentes os impactos na expressão e regulação das emoções, no fortalecimento do sentimento de competência parental, na melhoria na qualidade da relação entre pais e filhos e na responsividade adequada às necessidades da criança.

Ao nível da Inserção Socioprofissional os ganhos incidiram na desmistificação de crenças e pressupostos limitadores da mudança e de uma postura proactiva, na promoção do autoconhecimento e desenvolvimento das *competências profissionais e pessoais*, assim como, na gestão das emoções e das expectativas relativamente ao processo de procura ativa de emprego.

O projeto desenvolve, ainda, uma resposta de primeira linha que assegurou 7,539,00 euros em leite adaptado e 16.129 bens de primeira necessidade às crianças (fraldas, artigos e higiene, papas, equipamentos, brinquedos e primeiro mimo).

Esta intervenção de apoio à primeira Infância com impacto social positivo ganhou o Prémio BPI “La Caixa” INFÂNCIA 2020.

Banco de Ajudas Técnicas

O Banco de Ajudas Técnicas existe desde 1998, resultado da parceria estabelecida com o Rotary Clube de Vila Nova de Gaia. Através deste projeto, disponibilizamos soluções adaptadas a diferentes necessidades, para permitir a pessoas atenuar as consequências das suas limitações, o exercício das atividades da vida quotidiana e a participação na vida profissional e social, com impacto na sua qualidade de vida e na dos seus cuidadores.

O projeto é aberto a toda a comunidade gaiense, em particular aos que pela sua situação de fragilidade socioeconómica não acedem a Produtos de Apoio - cadeiras de rodas, canadianas, andarilhos, camas articuladas, colchão compressor anti-escaras, cadeira de duche móvel, entre outros.

Programa de Emergência Alimentar (PEA)

De acordo com o estabelecido no Compromisso de Cooperação para 2019/2020, no qual se antecipava uma redução significativa do atual número de refeições contratualizadas, no seguimento de orientações superiores, e imposição de limites ao número de refeições fornecidas no Distrito do Porto, foi efetuada uma reanálise às refeições protocoladas com as diversas Instituições. O perfil de diminuição poderia ser efetivado a partir do 2.º trimestre do ano de 2020, no entanto, manteve-se igual ao definido para dezembro de 2019.

Assim, o número de refeições protocoladas para o ano de 2020 e que vigoraram até 31.12.2020, foram as seguintes:

Equipamento Social António Almeida da Costa (ESAAC)	Equipamento Social Salvador Brandão (ESSB)
Janeiro, fevereiro e março: 44 refeições Abril a dezembro: 43 refeições	Janeiro, fevereiro e março: 31 refeições Abril a dezembro: 30 refeições

Breve caracterização da população abrangida pelo PEA

Idade do titular	E.S.A.A.C.	E.S.S. B	Total
Até aos 30 anos	1	0	1
Dos 31 aos 40 anos	0	1	1
Dos 41 aos 50 anos	4	2	6
Dos 51 aos 60 anos	4	6	10
≥ 61 anos	3	0	3

[Handwritten signature]

ESAAC

Número de agregados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
N.º elementos agregado	2	1	1	1	1	5	1	3	3	1	1	1	21
N.º refeições mensais *	124	12	62	28	62	310	62	186	186	58	62	62	1.214

*admitindo que levantam todas as refeições solicitadas

ESSB

Número de agregados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
N.º elementos agregado	1	1	2	4	2	1	1	1	1	14
N.º refeições mensais *	46	62	124	248	124	62	62	62	62	852

*admitindo que levantam todas as refeições solicitadas

Contribuíram para as desistências no ano 2020: o incumprimento do regulamento em vigor, não levantando as refeições por vários dias consecutivos, sem aviso prévio (2 agregados); a mudança de residência (2 agregados); por não reunir condições para continuar no Programa - auferindo de rendimentos superiores ao previsto (2 agregados); por motivos de integração no mercado de trabalho (1 agregado); por motivos da Pandemia, deixou de levantar refeições durante longos meses (1 agregado).

Serviço de Voluntariado

A 18 de março de 2020 foi decretado pelo Presidente da República, o estado de emergência em Portugal e, desde então, o Serviço de Voluntariado da Santa Casa foi suspenso.

Aliados ao momento que o País atravessava, o desconhecimento, na altura, sobre a doença e as formas de disseminação do vírus e sendo o Voluntariado da SCMG na sua maioria constituído por pessoas de risco, não foi prudente retomar a presença dos voluntários nos Equipamentos, pelo que, em dezembro de 2020, o serviço ainda não tinha sido retomado.

Todavia, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia não descurou os cuidados e a atenção que este grupo de pessoas, desde há 30 anos, disponibiliza à população sénior da Instituição e, através da Coordenadora do Serviço de Voluntariado, foi mantido um contacto regular com todos os voluntários.

Estamos certos, que muito em breve, poderemos receber nos Equipamentos da SCMG todos os voluntários e, se possível, alargar este serviço tão desafiante para quem o faz e essencial para quem o recebe.

Residências Seniores Conde das Devezas

Embora condicionadas pela pandemia Covid-19, as obras de requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas (RSCD), continuaram no ano de 2020.

A primeira fase deste projeto ficou concluída com a construção da Lavandaria e Cozinha Centrais, a nível do rés-do-chão deste Equipamento. A lavandaria central, iniciou laboração durante o mês de janeiro de 2020.

Desempenho Económico Residências Seniores Conde das Devezas

		2020	2019
Média Utentes		55,08	58,83
Gastos	Total Gastos	-1 049 166,90 €	-1 045 465,66 €
	Gasto Mensal/Utente	-1 587,24 €	-1 480,91 €
Rendimentos sem Mais-Valias e Rendimentos de Património	Total Rendimentos	723 925,64 €	732 231,63 €
	Rendimento Mensal/Utente	1 095,20 €	1 037,21 €
Resultado Mensal Por Utente s/ Mais-Valias e Rendimentos de Património		-492,04 €	-443,70 €
Rendimentos Totais		773 665,26 €	781 044,89 €
Rendimento Mensal/Utente		1 170,45 €	1 106,36 €
Resultado Mensal Por Utente		-416,80 €	-374,55 €

Serviço de Qualidade

O ano 2020 foi um ano atípico devido ao surgimento da pandemia COVID. No início do ano, foi elaborado e posto em execução um plano de ações para correção das não conformidades e implementação das oportunidades de melhoria identificadas na Auditoria ocorrida em novembro de 2019. A partir de março, e após o surto pandémico, as ações planeadas foram interrompidas pela urgência em pôr em prática medidas de controlo da pandemia.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, os constrangimentos vividos pela Instituição ao longo do ano permitiram, mesmo assim, identificar outras oportunidades de melhoria nomeadamente ao nível da qualidade dos serviços prestados.

No final do ano, foi ainda elaborado o Relatório de Progresso no âmbito do processo de certificação EQUASS Assurance - Certificação da Qualidade dos Serviços Sociais, que teve a aprovação da entidade competente European Platform for Rehabilitation.

Comunicação

No ano de 2020, o Serviço de Comunicação e Imagem da Misericórdia de Gaia, divulgou nas redes sociais, as atividades que foram desenvolvidas pela Instituição.

A nível das plataformas digitais foi assegurada a gestão de meios, incluindo alcance e interação de publicações, mensagens privadas, álbuns e convites para gosto, seguimento e conexão, bem como a produção de conteúdos específicos para a comunicação digital, incluindo a atualização da informação, com a respetiva edição e indexação.

Os meios utilizados foram os seguintes: Site, Facebook e Instagram da Misericórdia de Gaia.

Edição de conteúdos para outros meios da Misericórdia de Gaia, designadamente a Newsletter.

Foi elaborada a Revista dos 90 Anos da Misericórdia de Gaia, onde se procurou fazer um balanço do que foi esta importante efeméride da Instituição.

Alteração da identidade visual, como base na criação de um logótipo principal, sendo desdobrável e complementado com outras características visuais, tais como: cores, tipografias, ícones e imagens, que fazem com que a Misericórdia de Gaia seja única e identificada pelos Utentes, Colaboradores, Público Alvo e Comunidade em geral.

A consolidação da identidade com um novo Site, com uma plataforma prática, objetiva e de fácil acesso à Misericórdia de Gaia.

Procedeu-se a um novo layout das viaturas, com os novos logótipos para assim projetar publicidade sobre rodas, transformando-se numa vantagem, mesmo estacionada, a viatura continua a falar pela Misericórdia de Gaia.

Concomitantemente, foram efetuados trabalhos contínuos da gestão do email de Marketing.

Comemorações do 91.º Aniversário da SCMG

No dia 26 de junho de 2020, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia celebrou 91 anos ao serviço da comunidade.

À data, estava a vigorar em Portugal o estado de calamidade, razão pela qual não se realizou a Sessão Solene habitual para sinalizar a data.

O aniversário foi vivido internamente, com uma visita da Mesa Administrativa aos equipamentos sociais da Santa Casa para apresentar aos trabalhadores, o reconhecimento e a gratidão dos Órgãos Sociais pelo exemplo de superação, de solidariedade e amor ao próximo demonstrados. Também foram distinguidos, neste dia, com a oferta de um relógio, os trabalhadores que completaram 25 anos de serviço.

A terminar esta iniciativa, a Mesa Administrativa deslocou-se às Residências Sêniores Conde das Devezas, para visitar, também, as obras de requalificação deste equipamento.

Tecnologias de Informação

Durante o ano de 2020, a Mesa Administrativa adjudicou uma plataforma de gestão para a área da lavandaria central. A solução de gestão disponibiliza uma licença do sistema Informático de Middleware, que é responsável pelo controle, configuração e

parametrização de todos os equipamentos físicos instalados, bem como pelos processos de gestão de Base de dados, bem como, uma licença de Software de gestão, interface disponibilizado ao cliente final, onde podem ser configurados diferentes parâmetros, como alocação de roupas, criar e modificar dados dos utilizadores do sistema, roupas, tamanhos, cores, entre outros. É o sistema que fornecerá todas as informações relativas ao sistema de rastreabilidade, como os diferentes relatórios e consultas relacionadas com a roupa, utilizadores, consumos.

Também durante o ano de 2020, promovemos pela reavaliação de vários contratos de prestação de serviços nesta área, renegociando a sua maioria.

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) ou GDPR (General Data Protection Regulation) é um diploma Europeu (EU 2016/679) que determina as regras relativas à proteção, ao tratamento e à livre circulação dos dados pessoais das pessoas nos países da União Europeia.

Este regulamento visa reforçar a Proteção de Dados dos cidadãos e harmonizar a legislação dos países membros da União Europeia.

O Regulamento Geral de Proteção de Dados entrou em vigor em Portugal a 25 de maio de 2018 substituindo a atual lei de proteção de dados. Até essa data aplicou-se a Lei de Proteção- lei n.º 67/98, de 26 de outubro.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia ao longo do ano de 2020, procurou consolidar o processo de gestão e implementação de um Programa de Privacidade para conformidade com o RGPD.

Assessorados pelo DPO (Encarregado da Proteção de Dados), prosseguimos com o trabalho a que o RGPD nos obriga, no que concerne à segurança e proteção de dados pessoais e continuaram as ações de (in)formação aos trabalhadores que trabalham com dados pessoais.

Concluimos o ano de 2020, com a revistação de todo o processo, visando a conclusão de todo o programa de conformidade com o RGPD, e o desenho de um programa de atualização da formação RGPD para todos os colaboradores que lidam com dados pessoais e sensíveis.

Área Operacional Saúde

Centro de Medicina Física e de Reabilitação

O exercício económico de 2020, impactado fortemente pela pandemia covid-19, da qual resultou o encerramento da unidade pelo período de 2 meses, constituiu o principal fator para que os resultados do exercício e o nível de atividade do centro de medicina física e de reabilitação regredissem face aos exercícios económicos anteriores.

[Handwritten signature]
Wilegus

Prevendo-se uma meta em orçamento de atingir um volume de negócios anual de cerca de 950.000,00€ (novecentos e cinquenta mil euros), conseguimos no final do exercício económico de 2020 atingir um volume de negócios de cerca de 522.000,00 euros, o que representa um decréscimo face ao orçamentado de cerca de 55%.

Durante o exercício económico de 2020, realizou-se a empreitada de requalificação da unidade, dotando-a de uma imagem mais moderna, com melhores condições quer para os utentes quer para os colaboradores. O investimento concretizado, está suportado num plano de negócios, o qual em resultado dos fatores extraordinários decorrentes da pandemia COVID-19 foi revisto, prevendo-se o retorno do investimento no prazo de 6 anos.

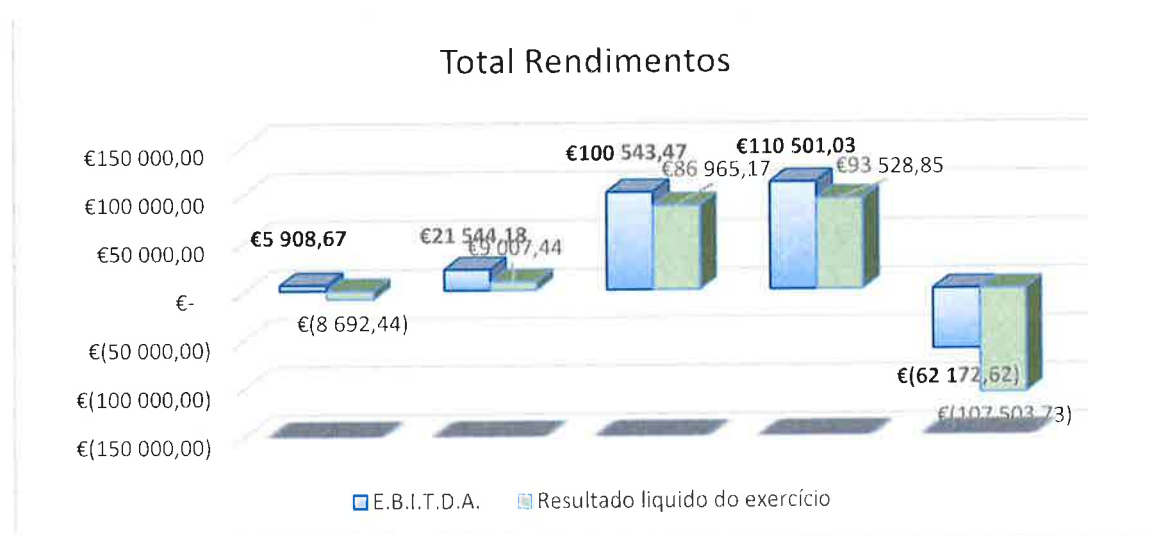
Desempenho Económico

Análise do Volume de Negócios dos cinco últimos exercícios económicos, considerando a imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais.

	Totais de Rendimentos				
	2016	2017	2018	2019	2020
Prestação de Serviços	557 764,73 €	700 630,85 €	804 895,18 €	925 708,05 €	521 802,09 €

Análise do Resultado Líquido do Exercício (com imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais) dos cinco últimos exercícios económicos.

	Totais Rendimentos				
	2016	2017	2018	2019	2020
E.B.I.T.D.A.	5 908,67 €	21 544,18 €	100 543,47 €	110 501,03 €	- 62 172,62 €
Resultado líquido do exercício	- 8 692,44 €	9 007,44 €	86 965,17 €	93 528,85 €	- 107 503,73 €



Farmácia da Misericórdia de Gaia

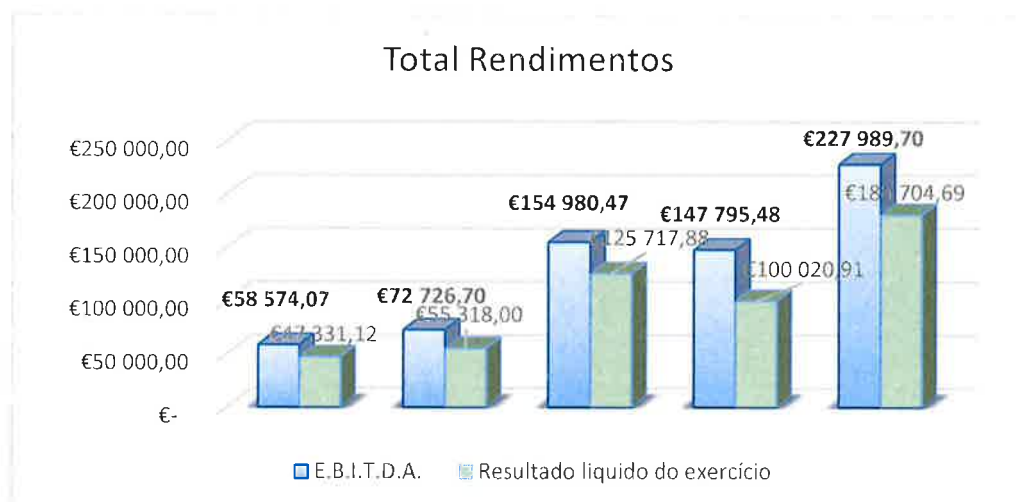
O exercício de 2020 constituiu-se como o exercício de consolidação do modelo de negócios delineado e implementado na farmácia da Misericórdia de Gaia.

Mesmo com a condicionante da pandemia Covid-19, que nesta área de negócio teve impacto positivo, com aumento do volume de negócios, o ano de 2020 permitiu reforçar o processo de preparação da medicação individualizada para os utentes das estruturas residências para pessoas idosas da Instituição, alcançando ainda alguns clientes externos.

A consolidação do modelo de negócio passará ainda pelo reforço de novos clientes coletivos externos (quer na área empresarial quer na área social), por forma, a podermos potenciar o investimento concretizado, e podermos continuar a crescer quer em vendas quer na rentabilidade desta importante área de negócio da Instituição.

Comparativamente ao exercício económico de 2019, nesta unidade de exploração conseguimos melhorar todos indicadores, que se traduziram nos excelentes resultados económico-financeiros atingidos.

- Aumento do Volume de Negócios em cerca de 7.43% face ao exercício de 2019;
- Valor do stock/Média Mensal de Vendas 2020 foi de 1, quando em 2019 foi de 1,24;
- EBITDA de 2020: 227.989,70€, quando em 2019 foi de 147.795,48€;
- RLE de 2020: 180.704,69€ comparativamente ao ano de 2019 que ascendeu a 100.020,91€.



Pandemia COVID-19

Na fase inicial da pandemia, quando tudo ainda era “desconhecido”, e multiplicavam-se as diretrizes da Direção-Geral de Saúde de resposta à Covid-19, a nossa instituição soube adptar-se e responder à altura.

Para isso foram fundamentais e incansáveis os nossos trabalhadores, que apesar de expostos ao cansaço físico e emocional e à própria doença asseguraram, exemplarmente, as respostas sociais da SCMG.

A Mesa Administrativa fez questão de assinalar o empenho dos trabalhadores com a apresentação, na Assembleia Geral da SCMG que decorreu em 29 de junho, de uma proposta de "Louvor aos Trabalhadores", que mereceu a aprovação por unanimidade, daquela Assembleia.

Não obstante este êxito, tivemos de suspender as respostas de Creche e Pré-Escolar, bem como o Centro de Medicina Física e de Reabilitação, ficando estes trabalhadores em layoff. Paralelamente, e por imposição da Segurança Social, suspendemos a atividade dos três Centros de Dia.

Este condicionamento, aliado aos gastos em EPI's (equipamento de proteção individual) para os trabalhadores e utentes, inverteram, em parte, a lógica da sustentabilidade financeira e organizacional da SCMG.

Para conhecimento dos Irmãos, apresentamos o ponto de situação da Pandemia nos Equipamentos da SCMG em 31 de dezembro de 2020, e um breve resumo dos consumos e custos de EPI's, de maio a dezembro de 2020:

ERPIS	Utentes	Trabalhadores
Infetados	2	6
Isolamento profilático	2	3
Falecimentos	6 (em contexto hospitalar)	0

Agradecemos os donativos que, de forma anónima ou não, nos foram chegando e expressamos, vivamente, a nossa gratidão à Fundação Belmiro de Azevedo, HAR – Pintura de Interiores, Tiago Vieira, Dr.ª Ana Bernardo, SETDI, Unip., Ld.ª, Bosch Car Multimedia, Ernesto Simão, Câmara Municipal de Gaia, Tiago Teixeira, UDIPSS, CNIS, UMP, Dr. Carlos Leite, Dr.ª Fernanda Giuveia, Lions Clube de Gaia, Fundação EDP, Sogrape, Salvador Caetano, Escola Superior de Saúde de Santa Maria, Anónimo, Rotary Clube de V. N. Gaia, Garcia & Garcia, Grupo Vitalino, Quilaban Salutec, Daylife

Descrição dos Artigos	Qtd. Total	Unidade
Álcool Gel	1.440	litros
Desinfetante de superfícies	356	litros
Luvas	15.899	cx 100 unid.
Cobre botas	5.168	unidades
Manguitos	27.000	unidades
Toucas	11.400	unidades
Batas	23.411	unidades
Máscaras KN95	23.855	unidades
Máscaras cirúrgicas	65.650	unidades

Categorias de Artigos	2020
Artigos Médico-Hospitalar	2.376,95 €
EPI - Equip. de proteção individual	205.765,99 €
Luvas	126.845,76 €
máscaras cirúrgicas	22.334,55 €
máscaras KN95	6.722,00 €
máscaras FFP2	2.010,15 €
Outros	47.853,53 €
Eq. De alojamento de utentes	3.530,67 €
Produtos de desinfecção e higienização	4.799,66 €
ÁlcoolGel	5.305,33 €
Serviços de Desinfecção	10.405,80 €
Outros	979,76 €
Custo total (€)	233.164,15 €

Artigo	Qtd. Total	unidade
álcool gel	174,5	litros
aventais	1300	unidade
batas	1245	unidade
cobre botas	100500	unidade
creme nivea	25	unidade
desinfetante de superficies	325,5	litros
desinfetante para viaturas	5	litros
fatos de proteção	165	unidade
luvas	73	cx. 100 unid
máscaras cirúrgicas	60300	unidade
máscaras comunitárias	2396	unidade
máscaras KN95	1475	unidade
Óculos de proteção	381	unidade
solução antisséptica	600	litros
toucas	750	unidade
viseiras	646	unidade
Capas de proteção para bancos de viaturas	200	unidade
Vaporizador	1	unidade

[Handwritten signature and initials]

Património Imóvel

O património imóvel da Instituição, como é recorrentemente referido nos relatórios de gestão da Instituição, constitui um importante ativo gerador de rendimento financeiro, o qual, tem contribuído decisivamente para a sustentabilidade económico-financeira da Instituição.

A aposta no mercado da reabilitação tem constituído um vetor estratégico de atuação. Atualmente é visível um crescimento da reabilitação de edifícios em Portugal face ao decrescimento da construção nova. A Instituição, dispõe de um parque habitacional envelhecido, o qual tem sucessivamente sido alvo de reabilitação quer de locados devolutos quer de locados arrendados, que, entretanto, ficam devolutos.

As exigências de qualidade e de conforto têm aumentado, como consequência da evolução tecnológica e do nível de vida da sociedade. Temos edifícios mais antigos (construídos antes de 1990, onde ainda não existe nenhuma regulamentação térmica) e cada vez mais estão afastados destes níveis de exigência. Assim, na reabilitação passa por aliar técnicas tradicionais a novas medidas de estratégias que permitem aliar a recuperação a um nível satisfatório e a prolongar o período de vida do edifício, e a reduzir o consumo energético, consumo de água e o uso de materiais sustentáveis.

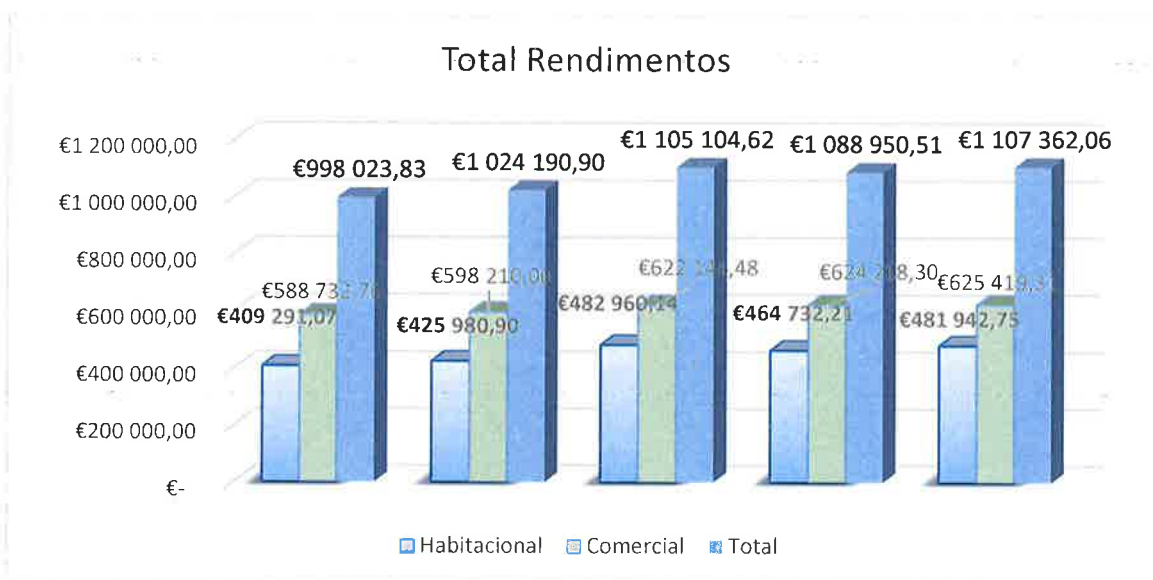
No ano de 2020, fortemente penalizado pela pandemia Covid-19, não limitou a que se continuasse a empreitada de requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas, com a construção da cozinha e lavandaria centrais, prevendo-se a conclusão desta empreitada em julho de 2021. Iniciamos e concluímos em julho, a empreitada de requalificação do centro de medicina física e de reabilitação.

Ainda, durante o ano de 2020, desenvolvemos um conjunto significativo de projetos, de onde se destacam: revisitação dos projetos de requalificação dos equipamentos sociais António Almeida da Coita e José Tavares Bastos; requalificação das alas do equipamento social Salvador Brandão, decorrente da candidatura ao Fundo Rainha a D.

Leonor; Requalificação do prédio de entreparedes, sito no Porto; Requalificação de 3 moradias na rua Mouzinho de Albuquerque; conjunto de moradias sitas na avenida António Coelho Moreira, Valadares, entre outros.

Com as conclusões de muitos dos projetos, e sua concretização, libertaremos mais imóveis a colocar no mercado de arrendamento, constituindo ativos gerados de meios líquidos indispensáveis para a sustentabilidade desta área de negócio, bem como, da Instituição e do suporte necessário ao desenvolvimento da vasta área social

[Handwritten signature]



Arrendamentos		2017		2018		2019		2020	
Novos	Habitacional	10	11	10	11	5	5	10	10
	Comercial	1		1		0		0	
Denúncias	Habitacional	5	7	10	16	7	7	13	14
	Comercial	2		6		0		1	

Designação/ Localização	Conservação	Requalificação	Recuperação
Estrutura Residencial Conde das Devezas / Cozinha e Lavandaria Única		€ 1 323 432,49	
Equipamento Social José Tavares Bastos		€ 34 774,76	
Equipamento Social Salvador Brandão	€ 6 715,80		
Equipamento Social António Almeida Costa	€ 4 305,00		
Centro de Estimulação		€ 2 115,60	
Centro de Medicina Física e Reabilitação	€ 600 725,47		
Rua São Domingos Benfica, n.º 10, Lisboa			€ 2 767,50

Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020, no valor de (638.625,43), seja feita através da Conta de Resultados Transitados.

Notas Finais

A Mesa Administrativa agradece, em primeiro lugar, aos trabalhadores da SCMG pelo esforço acrescido no cumprimento das suas funções. Foram meses árduos, mas compensadores pelo espírito de união despoletado entre equipas. A todos, muito obrigado.

Aos nossos Parceiros e outras Entidades que connosco colaboraram em 2020, agradecemos a disponibilidade e o apoio prestados.

Este documento foi aprovado, por unanimidade dos presentes, na Reunião da Mesa Administrativa Extraordinária de 29 de abril de 2021.

Pel' A Mesa Administrativa,
o Provedor.

(Artur de Almeida Leite)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE GAIA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

Índice

Balanço.....	29
Demonstração dos Resultados por Valência	31
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	34
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	36
Anexo	37
1. Identificação da Entidade	37
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	37
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	37
3.1. Políticas Contabilísticas	37
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas	44
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas	44
3.4. Correção de erros de períodos anteriores	44
4. Ativos Fixos Tangíveis	44
5. Ativos Intangíveis	46
6. Bens do património histórico, artístico e cultural	46
7. Locações	47
8. Custos de Empréstimos Obtidos	47
9. Inventários	48
10. Rédito	48
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	48
12. Subsídios, doações e legados à exploração	49
13. Benefícios dos empregados	49
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	50
15. Outras Informações	50
15.1. Investimentos Financeiros	50
15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	50
15.3. Créditos a Receber	51
15.4. Outros Ativos Correntes	52
15.5. Diferimentos	52
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	52
15.7. Fundos Patrimoniais	53
15.8. Fornecedores	53
15.9. Estado e Outros Entes Públicos	53
15.10. Outros Passivos Correntes	54

15.11. Fornecimentos e serviços externos	54
15.12. Outros rendimentos	55
15.13. Outros gastos	55
15.14. Resultados Financeiros	56
15.15. Acontecimentos após data de Balanço	56

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2020	31-12-2019
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4		13 534 252,80	11 943 706,91
Bens do património histórico e cultural	6		52 097,19	52 097,19
Ativos intangíveis	5		10 415,28	16 074,55
Investimentos financeiros	15,1		34 966,71	26 989,95
Subtotal			13 631 731,98	12 038 868,60
Ativo corrente				
Inventários	9		284 660,00	194 763,65
Créditos a receber	15,3		334 572,29	273 510,89
Estado e outros Entes Públicos	15,9		19 046,58	32 108,77
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	15,2		21 225,06	15 180,06
Outros ativos correntes	15,4		58 556,47	104 226,55
Diferimentos	15,5		7 223,90	13 875,13
Caixa e depósitos bancários	15,6		1 334 061,71	1 606 078,46
Subtotal			2 059 346,01	2 239 743,51
Total do Ativo			15 691 077,99	14 278 612,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	15,7		3 588 634,24	3 588 634,24
Reservas	15,7		3 835 274,03	3 835 274,03
Resultados transitados	15,7		874 714,05	1 191 651,04
Outras variações nos fundos patrimoniais	15,7		2 841 686,79	2 893 624,32
Resultado Líquido do período			(638 625,43)	(316 936,99)
Total dos fundos patrimoniais			10 501 683,68	11 192 246,64
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	11		96 500,00	96 500,00
Financiamentos obtidos	7/8		1 889 978,66	642 338,60
Subtotal			1 986 478,66	738 838,60
Passivo corrente				
Fornecedores	15,8		1 028 577,12	735 179,19
Estado e outros Entes Públicos	15,9		120 067,44	134 264,89
Financiamentos obtidos	7/8		157 987,45	100 276,68
Diferimentos	15,5		266 239,67	300 558,17
Outros passivos correntes	15,10		1 630 043,97	1 077 247,94
Subtotal			3 202 915,65	2 347 526,87
Total do passivo			5 189 394,31	3 086 365,47
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			15 691 077,99	14 278 612,11

VILA NOVA DE GAIA 29 DE ABRIL DE 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

A MESA ADMINISTRATIVA

[Handwritten signature]

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	4 968 793,05	5 359 036,82
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2 426 359,41	2 177 535,05
Trabalhos para a própria entidade		-	5 348,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1 364 414,31)	(1 111 033,32)
Fornecimentos e serviços externos	15,11	(2 862 934,94)	(3 230 109,45)
Gastos com o pessoal	13	(4 573 244,29)	(4 338 871,73)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15,2/15,3	(24 541,55)	20 943,39
Provisões (aumentos/reduções)	11	-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	197,69
Outros rendimentos	15,12	1 524 620,84	1 519 908,91
Outros gastos	15,13	(88 818,82)	(160 809,19)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 819,39	242 146,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(625 022,56)	(550 603,79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(619 203,17)	(308 457,02)
Juros e gastos similares suportados	15,14	(19 422,26)	(8 479,97)
Resultados antes de impostos		(638 625,43)	(316 936,99)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(638 625,43)	(316 936,99)

VILA NOVA DE GAIA 29 DE ABRIL DE 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

[Handwritten signature]

A MESA ADMINISTRATIVA

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Demonstração dos Resultados por Valência

EQUIPAMENTO SOCIAL SALVADOR BRANDÃO

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domicilio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	759 546,61	38 527,80	53 988,95	852 063,36
Subsídios, doações e legados à exploraç	561 603,78	25 171,74	124 144,25	710 919,77
ISS, IP - Centros Distritais	517 259,06	23 021,24	118 966,98	659 247,28
Subsídios, doações e legados à exploração	44 344,72	2 150,50	5 177,27	51 672,49
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(86 629,58)	(5 793,53)	(13 947,78)	(106 370,89)
Fornecimentos e serviços externos	(460 634,27)	(28 325,70)	(66 378,27)	(555 338,24)
Gastos com o pessoal	(928 210,90)	(54 838,17)	(91 351,74)	(1 074 400,81)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	1 574,94	(33,35)	(1 097,41)	444,18
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	539 997,05	36 549,15	89 569,17	666 115,37
Rendas propriedades de investimento	497 357,90	34 572,06	83 231,32	615 161,28
Outros rendimentos e ganhos	42 639,15	1 977,09	6 337,85	50 954,09
Outros gastos	(12 626,39)	(877,68)	(2 112,99)	(15 617,06)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	374 621,24	10 380,26	92 814,18	477 815,68
Gastos/reversões de depreciação e de a	(189 497,83)	(13 172,00)	(31 711,24)	(234 381,07)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	185 123,41	(2 791,74)	61 102,94	243 434,61
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(2 348,85)	(163,27)	(393,07)	(2 905,19)
Resultado antes de impostos	182 774,56	(2 955,01)	60 709,87	240 529,42
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	182 774,56	(2 955,01)	60 709,87	240 529,42

EQUIPAMENTO SOCIAL ANTÓNIO ALMEIDA COSTA

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domicilio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	670 725,40	30 675,95	30 369,51	731 770,86
Subsídios, doações e legados à exploraç	500 144,20	37 027,25	72 040,03	609 211,48
ISS, IP - Centros Distritais	464 859,73	34 486,54	68 987,92	568 334,19
Subsídios, doações e legados à exploração	35 284,47	2 540,71	3 052,11	40 877,29
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(87 566,94)	(7 871,69)	(10 737,77)	(106 176,40)
Fornecimentos e serviços externos	(597 032,56)	(46 621,33)	(54 253,89)	(697 907,78)
Gastos com o pessoal	(872 501,67)	(85 238,77)	(110 960,09)	(1 068 700,53)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(3 598,44)	40,63	(456,66)	(4 014,47)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	134 671,51	11 610,93	14 800,09	161 082,53
Rendas propriedades de investimento	100 649,27	9 478,02	11 385,77	121 513,06
Outros rendimentos e ganhos	34 022,24	2 132,91	3 414,32	39 569,47
Outros gastos	(15 778,67)	(2 734,73)	(1 748,65)	(20 262,05)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(270 937,17)	(63 111,76)	(60 947,43)	(394 996,36)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(84 212,67)	(7 929,70)	(9 525,80)	(101 668,17)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(355 149,84)	(71 041,46)	(70 473,23)	(496 664,53)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(2 279,92)	(214,70)	(257,91)	(2 752,53)
Resultado antes de impostos	(357 429,76)	(71 256,16)	(70 731,14)	(499 417,06)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(357 429,76)	(71 256,16)	(70 731,14)	(499 417,06)

EQUIPAMENTO SOCIAL JOSÉ TAVARES BASTOS

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domicílio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	422 798,16	21 591,96	36 051,82	480 441,94
Subsídios, doações e legados à exploraç	338 516,64	29 190,33	82 907,67	450 614,64
ISS, IP - Centros Distritais	313 261,02	26 874,07	80 346,15	420 481,24
Subsídios, doações e legados à exploração	25 255,62	2 316,26	2 561,52	30 133,40
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(55 538,78)	(5 342,69)	(5 908,38)	(66 789,85)
Fornecimentos e serviços externos	(373 692,48)	(29 135,30)	(38 658,69)	(441 486,47)
Gastos com o pessoal	(542 564,57)	(40 343,91)	(47 894,57)	(630 803,05)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(18 921,67)	(172,23)	(38,16)	(19 132,06)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	186 480,81	18 761,99	22 119,77	227 362,57
Rendas propriedades de investimento	171 309,33	17 736,04	19 613,98	208 659,35
Outros rendimentos e ganhos	15 171,48	1 025,95	2 505,79	18 703,22
Outros gastos	(9 348,60)	(967,88)	(1 070,36)	(11 386,84)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(52 270,49)	(6 417,73)	47 509,10	(11 179,12)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(45 387,64)	(4 698,56)	(5 196,05)	(55 282,25)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(97 658,13)	(11 116,29)	42 313,05	(66 461,37)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1 631,89)	(168,95)	(186,84)	(1 987,68)
Resultado antes de impostos	(99 290,02)	(11 285,24)	42 126,21	(68 449,05)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(99 290,02)	(11 285,24)	42 126,21	(68 449,05)

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA D. EMÍLIA JESUS COSTA

	Creche	Pré-Escolar		TOTAL
Vendas e serviços prestados	102 149,94	119 960,31	-	222 110,25
Subsídios, doações e legados à exploraç	242 133,03	276 982,25	-	519 115,28
ISS, IP - Centros Distritais	234 842,54	266 491,06	-	501 333,60
Subsídios, doações e legados à exploração	7 290,49	10 491,19	-	17 781,68
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(5 954,19)	(8 568,23)	-	(14 522,42)
Fornecimentos e serviços externos	(88 390,18)	(129 139,73)	-	(217 529,91)
Gastos com o pessoal	(268 745,91)	(289 372,74)	-	(558 118,65)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(153,66)	(623,58)	-	(777,24)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	24 670,44	33 284,16	-	57 954,60
Rendas propriedades de investimento	15 783,87	22 713,37	-	38 497,24
Outros rendimentos e ganhos	8 886,57	10 570,79	-	19 457,36
Outros gastos	(3 083,37)	(4 437,05)	-	(7 520,42)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 626,10	(1 914,61)	-	711,49
Gastos/reversões de depreciação e de a	(23 491,29)	(33 804,54)	-	(57 295,83)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(20 865,19)	(35 719,15)	-	(56 584,34)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(752,36)	(1 082,66)	-	(1 835,02)
Resultado antes de impostos	(21 617,55)	(36 801,81)	-	(58 419,36)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(21 617,55)	(36 801,81)	-	(58 419,36)

[Handwritten signature]

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL - SAS			
	SAS		TOTAL
Vendas e serviços prestados	259,35		259,35
Subsídios, doações e legados à exploraç	59 207,51		59 207,51
ISS, IP - Centros Distritais	31 548,07		31 548,07
Subsídios, doações e legados à exploração	27 659,44		27 659,44
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(598,30)		(598,30)
Fornecimentos e serviços externos	(21 290,15)		(21 290,15)
Gastos com o pessoal	(71 334,92)		(71 334,92)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(46,77)		(46,77)
Provisões (aumentos/reduções)	-		-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	-		-
Outros rendimentos	11 627,23		11 627,23
Rendas propriedades de investimento	4 804,45		4 804,45
Outros rendimentos	6 822,78		6 822,78
Outros gastos	(3 451,64)		(3 451,64)
Resultados antes de depreciações,			
gastos de financiamento e impostos	(25 627,69)		(25 627,69)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(3 000,48)		(3 000,48)
Resultado operacional (antes dos			
gastos de financiamento e impostos)	(28 628,17)		(28 628,17)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(229,01)		(229,01)
Resultado antes de impostos	(28 857,18)		(28 857,18)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(28 857,18)		(28 857,18)

OUTRAS ATIVIDADES					
	Residências Seniores Conde das Devesas	Farmácia da Misericórdia	Centro de Medicina Física e Reabilitação	Serviço de Gestão Património e Recursos Técnicos	Academia Sénior Gaia
Vendas e serviços prestados	680 703,13	1 426 978,05	521 802,09	3 980,52	48 683,50
Subsídios, doações e legados à exploração	20 054,69	11 762,97	9 168,39	18 104,68	18 200,00
ISS, IP - Centros Distritais	3 691,49	2 180,75	1 678,24	3 356,48	-
Subsídios, doações e legados à exploração	16 363,20	9 582,22	7 490,15	14 748,20	18 200,00
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat	(42 312,90)	(993 849,77)	(32 090,05)	(1 703,73)	-
Fornecimentos e serviços externos	(403 320,43)	(66 577,91)	(321 075,70)	(49 841,74)	(88 566,61)
Gastos com o pessoal	(514 211,60)	(188 914,47)	(285 738,40)	(181 021,86)	-
Ajustamentos de inventários (perdas/rev	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/	(343,59)	(202,98)	(156,21)	(312,41)	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/redução	-	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	72 907,43	48 180,64	48 607,14	230 783,33	-
Rendas propriedades de investimento	49 739,62	20 850,10	16 045,65	32 091,29	-
Outros rendimentos	23 167,81	27 330,54	32 561,49	198 692,04	-
Outros gastos	(15 712,08)	(9 386,83)	(2 689,88)	(2 792,02)	-
Resultados antes de depreciações,					
gastos de financiamento e impostos	(202 235,35)	227 989,70	(62 172,62)	17 196,77	(21 683,11)
Gastos/reversões de depreciação e de am	(71 612,36)	(45 278,85)	(40 836,46)	(15 667,09)	-
Resultado operacional (antes dos					
gastos de financiamento e impostos)	(273 847,71)	182 710,85	(103 009,08)	1 529,68	(21 683,11)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1 682,34)	(2 006,16)	(4 494,65)	(1 529,68)	-
Resultado antes de impostos	(275 530,05)	180 704,69	(107 503,73)	0,00	(21 683,11)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(275 530,05)	180 704,69	(107 503,73)	0,00	(21 683,11)

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019										Unidade Monetária: Euros	
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	3 588 634,24	-	3 835 274,03	522 488,50	-	2 945 560,92	669 162,54	11 561 120,23	-	11 561 120,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas									-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	-	-	(51 936,60)	-	(51 936,60)	-	(51 936,60)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(316 936,99)	(316 936,99)	-	(316 936,99)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(316 936,99)	(368 873,59)	-	(368 873,59)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									-	-	-
Subsídios, doações e legados									-	-	-
Outras operações					669 162,54			(669 162,54)	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2019	6+7+8+10	3 588 634,24	-	3 835 274,03	1 191 651,04	-	2 893 624,32	(316 936,99)	11 192 246,64	-	11 192 246,64

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros											
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
6		3 588 634,24	-	3 835 274,03	1 191 651,04	-	2 893 624,32	(316 936,99)	11 192 246,64	-	11 192 246,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas									-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(51 937,53)		(51 937,53)		(51 937,53)
7		-	-	-	-	-	(51 937,53)	-	(51 937,53)	-	(51 937,53)
8								(638 625,43)	(638 625,43)		(638 625,43)
9=7+8								(638 625,43)	(690 562,96)	-	(690 562,96)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									-		-
Subsídios, doações e legados									-		-
Outras operações					(316 936,99)			316 936,99	-		-
10		-	-	-	(316 936,99)	-	-	316 936,99	-	-	-
6+7+8+10		3 588 634,24	-	3 835 274,03	874 714,05	-	2 841 686,79	(638 625,43)	10 501 683,68	-	10 501 683,68

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		6 110 595,04	6 452 549,00
Pagamento a fornecedores		(4 425 545,82)	(4 052 592,98)
Pagamentos ao pessoal		(4 486 348,90)	(4 250 163,69)
Caixa gerada pelas operações		(2 801 299,68)	(1 850 207,67)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		2 488 084,47	2 193 726,53
Recebimentos de Subsídios		2 491 030,81	2 109 375,25
Outros recebimentos/pagamentos		(2 946,34)	84 351,28
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(313 215,21)	343 518,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 458 762,64)	(918 562,27)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(10 222,70)	(8 332,83)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		251 394,00	3 233,34
Investimentos financeiros		2 816,81	3 016,77
Juros e rendimentos similares		54,42	597,07
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(1 214 720,11)	(920 047,92)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 324 907,59	388 691,42
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(53 400,01)	(93 762,23)
Juros e gastos similares		(15 589,01)	(8 479,97)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1 255 918,57	286 449,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(272 016,75)	(290 079,84)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 606 078,46	1 896 158,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 334 061,71	1 606 078,46

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2021

[Handwritten signatures and initials]

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” em 26 de junho de 1929, com registo definitivo publicado em Diário da Republica n.º 47, Série III, de 25 de Fevereiro de 2003, e tem a sua sede social na Rua Teixeira Lopes n.º 33, em Vila Nova de Gaia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 29 de abril de 2021. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de julho. No referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

[Handwritten signature]

3.1.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edificações ligeiras	10
Edificações afetas à indústria agropecuária	25
Outros edifícios e construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento e utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Taras e vasilhame	8
Animais produtivos, de trabalho e de reprodução	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.1.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.1.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Não tendo sido possível proceder à avaliação e decomposição dos valores dos imóveis que compõem o património afeto ao arrendamento da Santa Casa, mantiveram-se os mesmos, pelo valor pelo qual constavam da contabilidade, tendo sido este o custo considerado.

Conforme o parágrafo 7.5 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, as propriedades de investimento são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

3.1.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

[Handwritten signatures and initials]

3.1.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.1.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao valor nominal.

[Handwritten signature and initials]

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal.

3.1.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimos Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*", respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício de 2020 não foram alteradas as políticas contabilísticas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício de 2020 os pressupostos referentes às estimativas mantêm-se.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

No ano de 2020 não foram efetuadas correções materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

Foi constituída voluntariamente, para garantia de reembolso do empréstimo de dois milhões e duzentos mil euros, da empreitada "Requalificação das Residências Sêniores Conde das Devesas", hipoteca sobre as frações autónomas designadas pela letra "A" e "B" do prédio urbano denominado Lar Residencial Conde das Devesas, sito na Rua Particular às Árvores, Vila Nova de Gaia (Santa Marinha), descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 3249, inscrito na matriz sob o artigo 6641, da União de Freguesias de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada, abrangendo a hipoteca todas as edificações que sobre o prédio hipotecado venham a ser implantadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2019						
	Saldo em 01-jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-dez-2019
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	802 553,63	-	(188,17)	-	-	802 365,46
Edifícios e outras construções	16 068 685,67	-	(564,50)	-	-	16 068 121,17
Equipamento básico	1 895 517,49	189 567,15	-	-	-	2 085 084,64
Equipamento de transporte	343 499,21	-	(8 868,63)	-	-	334 630,58
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	577 527,30	36 175,80	-	-	(12 885,15)	600 817,95
Investimentos em curso	953 580,93	917 324,58	-	(91 081,04)	-	1 779 824,47
Outros Ativos fixos tangíveis	33 750,39	-	-	-	-	33 750,39
Total	20 675 114,62	1 143 067,53	(9 621,30)	(91 081,04)	(12 885,15)	21 704 594,66
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(6 662 877,82)	(434 046,01)	55,50	-	-	(7 096 868,33)
Equipamento básico	(1 713 080,55)	(75 652,59)	-	-	-	(1 788 733,14)
Equipamento de transporte	(324 645,29)	(9 836,79)	8 868,63	-	-	(325 613,45)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(495 740,16)	(29 667,87)	-	-	1 718,00	(523 690,03)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(25 939,53)	(43,27)	-	-	-	(25 982,80)
Total	(9 222 283,35)	(549 246,53)	8 924,13	-	1 718,00	(9 760 887,75)
TOTAL LÍQUIDO 2019						11 943 706,91

31 de dezembro de 2020						
	Saldo em 01-jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-dez-2020
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	802 365,46	-	-	-	-	802 365,46
Edifícios e outras construções	16 068 121,17	654 639,74	-	-	-	16 722 760,91
Equipamento básico	2 085 084,64	106 613,55	-	-	-	2 191 698,19
Equipamento de transporte	334 630,58	32 950,00	-	-	-	367 580,58
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	600 817,95	139 507,17	-	-	-	740 325,12
Investimentos em curso	1 779 824,47	2 040 168,77	-	(775 151,03)	-	3 044 842,21
Outros Ativos fixos tangíveis	33 750,39	-	-	-	-	33 750,39
Total	21 704 594,66	2 973 879,23	-	(775 151,03)	-	23 903 322,86
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(7 096 868,33)	(464 458,27)	-	-	-	(7 561 326,60)
Equipamento básico	(1 788 733,14)	(73 382,89)	-	-	-	(1 862 116,03)
Equipamento de transporte	(325 613,45)	(10 664,63)	-	-	-	(336 278,08)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(523 690,03)	(59 633,25)	-	-	-	(583 323,28)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(25 982,80)	(43,27)	-	-	-	(26 026,07)
Total	(9 760 887,75)	(608 182,31)	-	-	-	(10 369 070,06)
TOTAL LÍQUIDO 2020						13 534 252,80

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2020						
Custo	Saldo em 01-jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2020
Programas de Computador	31 324,75	-	-	-	-	31 324,75
Total	31 324,75	-	-	-	-	31 324,75
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	(15 250,20)	(5 659,27)	-	-	-	(20 909,47)
Total	(15 250,20)	(5 659,27)	-	-	-	(20 909,47)
TOTAL LÍQUIDO	16 074,55					10 415,28

6. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2019 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

31 de dezembro de 2019						
Custo	Saldo em 01-jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2019
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
...	-	-	-	-	-	-
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
31 de dezembro de 2020						
Custo	Saldo em 01-jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2020
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
...	-	-	-	-	-	-
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19

7. Locações

A Entidade detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2020			2019		
	Capital	Amortização Capital	Saldo em Dívida	Custo de Aquisição	Amortização Capital	Saldo em Dívida
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	168 073,45	(41 241,07)	126 832,38	90 000,00	(16 901,92)	73 098,08
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	142 279,86	(42 573,72)	99 706,14	142 279,86	(17 685,67)	124 594,19
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	310 353,31	(83 814,79)	226 538,52	232 279,86	(34 587,59)	197 692,27

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2020			2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	58 557,08	2 131,28	60 688,35	40 775,62	2 040,53	42 816,15
De um a cinco anos	167 981,44	2 620,67	170 602,12	156 916,65	3 475,69	160 392,33
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	226 538,52	4 751,95	231 290,47	197 692,27	5 516,22	203 208,49

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Amortização de Capital e Juros suportados:

Descrição	2020			2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Empréstimos Bancários - Amortização Capital / Juros Suportados	173 753,41	16 246,81	190 000,22	59 174,64	6 443,85	65 618,49
Total	173 753,41	16 246,81	190 000,22	59 174,64	6 443,85	65 618,49

O valor dos financiamentos obtidos no final de 2019 e 2020 é o seguinte:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	99 430,37	1 721 997,22	1 821 427,59	59 639,52	485 283,49	544 923,01
Locações Financeiras	58 557,08	167 981,44	226 538,52	40 637,16	157 055,11	197 692,27
Total	157 987,45	1 889 978,66	2 047 966,11	100 276,68	642 338,60	742 615,28

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2019	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-dez-2019
Mercadorias	123 015,89	942 602,87		(928 687,36)	136 931,40
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	53 493,90	186 684,31	-	(182 345,96)	57 832,25
Total	176 509,79	1 129 287,18	-	(1 111 033,32)	194 763,65

Descrição	Inventário em 01-jan-2020	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-dez-2020
Mercadorias	136 931,40	973 576,85	-	(991 796,74)	118 711,51
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57 832,25	480 733,81	-	(372 617,57)	165 948,49
Total	194 763,65	1 454 310,66	-	(1 364 414,31)	284 660,00

10. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	1 425 076,72	1 326 703,31
Prestação de Serviços	3 543 716,33	4 032 333,51
Quotas dos utilizadores	2 995 648,19	3 090 228,28
Quotas e Joias	12 530,00	13 530,00
Invalidez e Reabilitação	520 935,93	925 708,05
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros Serviços	14 602,21	2 867,18
Subtotal	4 968 793,05	5 359 036,82
Juros	1 009,45	2 102,53
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	4 969 802,50	5 361 139,35

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2019 e 2020, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	31/12/2019	Aumentos	Diminuições	31/12/2020
Processos judiciais em curso	96 500,00	-	-	96 500,00
Total	96 500,00	-	-	96 500,00

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2019 e 2020, a Entidade reconheceu os seguintes valores em "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo	2 346 590,95	2 106 697,31
Centro Distrital Segurança Social	2 191 851,34	2 036 032,07
Centro Distrital Segurança Social - Medidas apoio ao COVID	19 668,48	-
Instituto Emprego e Formação Profissional	116 859,73	53 665,24
Câmara Municipal Vila Nova Gaia	18 200,00	17 000,00
IFAP	11,40	-
Subtotal	2 346 590,95	2 106 697,31
Descrição	2020	2019
Subsídios de outras entidades	32 319,66	7 243,20
Doações	47 448,80	63 594,54
Subtotal	79 768,46	70 837,74
TOTAL	2 426 359,41	2 177 535,05

13. Benefícios dos empregados

O número de membros da Mesa Administrativa, nos períodos de 2019 e 2020, foi de 9.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicáveis às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 285 e em 31/12/2020 foi de 327.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3 689 842,20	3 426 789,76
Compensações Cessação Contrato Trabalho	47 113,96	76 839,18
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	764 260,52	771 306,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	52 990,54	50 010,89
Outros Gastos com o Pessoal	19 037,07	13 925,38
Total	4 573 244,29	4 338 871,73

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 da Lei 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de 9.225,00€.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos noutras empresas	8 070,01	7 604,95
Outros Investimentos Financeiros	3 034,05	3 044,80
Fundo Compensação Segurança Social	23 862,65	16 340,20
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	34 966,71	26 989,95

15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	53 417,30	47 372,30
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade - Irmãos	(32 192,24)	(32 192,24)
Total	21 225,06	15 180,06
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

15.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2019 e 2020 a rubrica "*Cientes*" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cientes e Utentes c/c	334 572,29	273 510,89
Cientes	251 853,38	187 232,14
Inquilinos	10 125,66	8 045,40
Utentes	72 593,25	78 233,35
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	137 604,86	113 368,60
Cientes	2 229,48	2 229,48
Inquilinos	81 871,15	78 872,94
Utentes	53 504,23	32 266,18
Perdas por Imparidade acumuladas	(137 604,86)	(113 368,60)
Cientes	(2 229,48)	(2 229,48)
Inquilinos	(81 871,15)	(78 872,94)
Utentes	(53 504,23)	(32 266,18)
Total	334 572,29	273 510,89

Decomposição das Imparidades

Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2020	2019
Cientes	-	-
Inquilinos	(11 471,83)	(16 914,43)
Utentes	(28 124,24)	(1 751,31)
Total	(39 596,07)	(18 665,74)
Reversão de Imparidades		
Descrição	2020	2019
Cientes	-	-
Inquilinos	8 473,62	24 267,51
Utentes	6 580,90	15 341,62
Total	15 054,52	39 609,13
Imparidades do Período - Saldo		
Descrição	2020	2019
Cientes	-	-
Inquilinos	(2 998,21)	7 353,08
Utentes	(21 543,34)	13 590,31
Total	(24 541,55)	20 943,39
Desreconhecimento Imparidades		
Descrição	2020	2019
Cientes	-	-
Inquilinos	-	-
Utentes	305,29	7 750,00
Total	305,29	7 750,00
Perdas por Imparidade acumuladas		
Descrição	2020	2019
Cientes	(2 229,48)	(2 229,48)
Inquilinos	(81 871,15)	(78 872,94)
Utentes	(53 504,23)	(32 266,18)
Total	(137 604,86)	(113 368,60)

15.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica "*Outras contas a receber*" tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos ao pessoal	1 303,01	1 104,98
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	19 243,52	22 132,68
Entidades do Setor Público Administrativo	-	-
Outros Devedores	29 416,80	72 395,75
- AT - Restituição IVA da Alimentação	10 508,54	33 679,36
- Outros devedores	18 908,26	38 716,39
Adiantamentos a Fornecedores	8 593,14	8 593,14
Perdas por Imparidade	-	-
Total	58 556,47	104 226,55

15.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 223,90	13 875,13
Total	7 223,90	13 875,13
Rendimentos a reconhecer		
Contratos Vitalícios	115 929,92	150 009,19
Mensalidades a reconhecer em 2021	35 526,23	38 686,83
Fundos Utentes	54 000,00	59 400,00
Rendas a reconhecer em 2021	51 450,19	52 462,15
Outras Receitas	9 333,33	-
Total	266 239,67	300 558,17

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	5 327,58	5 580,63
Depósitos à ordem	748 734,13	1 020 497,83
Depósitos a prazo	580 000,00	580 000,00
Outros	-	-
Total	1 334 061,71	1 606 078,46

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2020
Fundos	3 588 634,24	-	-	3 588 634,24
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	3 835 274,03	-	-	3 835 274,03
Resultados transitados	1 191 651,04	-	(316 936,99)	874 714,05
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 230 855,16	-	(51 937,53)	1 178 917,63
Doações	1 662 769,16	-	-	1 662 769,16
Resultado líquido exercício	(316 936,99)	316 936,99	(638 625,43)	(638 625,43)
Total	11 192 246,64	316 936,99	(1 007 499,95)	10 501 683,68

15.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores c/c	1 028 577,12	735 179,19
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	1 028 577,12	735 179,19

15.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 902,67	19 964,86
Outros Impostos e Taxas	12 143,91	12 143,91
Total	19 046,58	32 108,77
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	28 091,58	17 297,45
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	4 675,96	23 489,25
Segurança Social	87 299,90	93 478,19
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	120 067,44	134 264,89

15.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	639 531,14	-	565 982,36
Remunerações a pagar	-	635 143,72	-	562 520,04
Cauções	-	3 750,31	-	3 462,32
Outras operações	-	637,11	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimo de gastos	-	79 085,15	-	23 085,06
Guarda Valores Utentes	-	281 579,38	-	258 293,46
Outros credores	-	628 844,90	-	228 883,66
Adiantamentos de clientes e utentes	-	1 003,40	-	1 003,40
Total	-	1 630 043,97	-	1 077 247,94

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	1 108 303,87	1 277 753,46
ITAU - prestação de serviço de alimentação	880 305,95	894 532,50
Centro de Medicina Física e Reabilitação	120 275,05	251 999,90
Outros subcontratos	107 722,87	131 221,06
Serviços especializados	1 090 029,02	1 236 335,25
Vigilância e Segurança	191 921,11	149 753,64
Honorários Trab Independentes	87 654,24	105 756,88
Conservação e Reparação Equipamentos	102 315,24	120 673,41
Conservação edifícios afetos atividade	253 874,72	336 683,32
Conservação património rendimento	79 859,62	180 420,17
Encargos Saúde Utentes	171 167,12	143 137,27
Outros Serviços Especializados	203 236,97	199 910,56
Materiais	70 224,04	74 090,09
Energia e fluidos	332 559,93	347 368,16
Deslocações, estadas e transportes	2 697,29	14 951,37
Serviços diversos	259 120,79	279 611,12
Comunicações	40 945,14	36 893,59
Seguros	50 137,73	27 231,29
Limpeza, higiene e conforto	149 131,96	122 845,13
Outros	18 905,96	92 641,11
Total	2 862 934,94	3 230 109,45

15.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	259 526,18	310 919,86
Descontos de pronto pagamento obtidos	20 037,53	15 457,03
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	7 371,85
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	774,05	79,74
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 114 776,97	1 095 258,14
Alienações investimentos não financeiros	-	2 686,17
Juros de depósitos obtidos	1 009,45	1 960,03
Dividendos obtidos	-	142,50
Outros rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos e ganhos	128 496,66	86 033,59
Subsídios Investimento	51 937,53	51 936,60
Correções Exercícios Anteriores	44 948,19	19 457,87
Ganhos Imobilizações	-	-
Ganhos Vitalícios	22,40	5 810,66
Outros	31 588,54	8 828,46
Total	1 524 620,84	1 519 908,91

15.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	33 822,31	22 484,89
Descontos de pronto pagamento concedidos	7 688,87	-
Dívidas incobráveis	-	181,74
Perdas em inventários	-	7 550,30
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	35 772,70
Apoio pecuniário a carenciados	7 916,13	7 396,01
Outros Gastos Similares	2 387,93	1 430,02
Outros Gastos e Perdas	37 003,58	85 993,53
Correções relativas anos anteriores	23 833,16	12 019,29
Donativos	2 895,44	977,84
Quotizações	4 993,00	6 799,00
Contrato Vitalícios	-	-
Outras Penalidades (contratuais)	6,95	62 617,82
Outros	5 275,03	3 579,58
Total	88 818,82	160 809,19

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	19 422,26	8 479,97
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	19 422,26	8 479,97

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Mesa Administrativa em 29 de abril de 2021.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

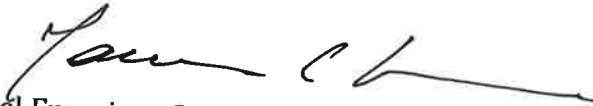
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
PARECER REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020

No dia 26 de maio do ano de 2021, pelas 17 horas, na Sede da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, reuniu o Conselho Fiscal para apreciação do Relatório de Atividade e Contas do Exercício de 2020 da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

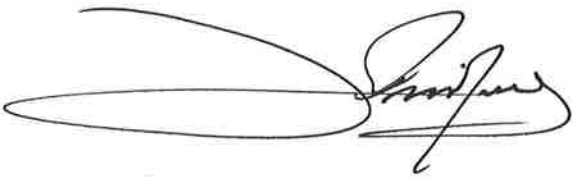
Nesta reunião foram presentes o Relatório de Atividades e Contas de 2020, tendo estes documentos sido analisados de forma detalhada, obtendo o Conselho Fiscal todos os esclarecimentos que foram solicitados.

Assim, tendo em conta a análise anteriormente referida, bem como a apreciação da certificação legal das contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Conselho Fiscal entende que ambos os documentos merecem o parecer favorável deste órgão.

Vila Nova de Gaia, 26 de maio de 2021.


Manuel Francisco Caruncho de Sá, Eng.º (Presidente)


Mário Rui Matos, Dr. (Vice-Presidente)


José Pereira Gomes, Dr. (Secretário)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 15.691.077,99 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.501.683,68 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 638.625,43 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma representação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 21 de maio de 2021



António Magalhães & Carlos Santos, SROC
Representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179